



câmara
municipal

amadora

N.º 15/88
4 de Novembro

Separata

zona livre de acesso pedestre



Boletim Municipal

De entre os vários processos de bairros "clandestinos" que estão em fase de recuperação pela Câmara Municipal, o caso da Cova da Moura ocupa um lugar especial há muitos anos:

1.º — porque é, com a Brandoa e os Moinhos da Funcheira, um dos processos mais

avançados e um daqueles em que o Município mais tem investido verbas e capacidade técnica; 2.º — porque na Cova da Moura estão muito activas felizmente as organizações da população, e a própria Junta de Freguesia acompanha com particular empenho este processo.



Nova escola inaugurada

A construção da escola primária da Cova da Moura, saudada pelos Jovens como um desafio (ver pág. 4), constitui passo importante no processo de regularização das condições de

vida no bairro. Outros se seguirão, naturalmente, no âmbito do programa de recuperação que o Município tem em marcha.

Cova da Moura

Especial



Bairro em recuperação

A primeira fase da recuperação de um bairro construído ilegalmente, como foi o caso da Cova da Moura, é sempre o levantamento da situação e o traçar de orientações para prosseguir a gestão do existente.

O objectivo: melhorar a vida das pessoas e criar situações regularizadas que dêem estabilidade para o futuro da ocupação dos terrenos.

No caso da Cova da Moura, sabe-se que a resposta média da população aos apelos do Município tem sido muito satisfatória.

É tido mesmo como caso exemplar neste ponto.

Vamos portanto prosseguir: regularização da propriedade, estabelecimento do Plano Geral e "legalização" das situações.

Entretanto, o Município prossegue a construção e planificação de novos equipamentos: escola, polidesportivo, arruamentos, saneamento, reforço da rede eléctrica (esta, da responsabilidade da EDP).

Transformar o bairro para condições mais dignas!

4.11.88

Editorial

Recuperar e valorizar a Cova da Moura

Tem sido preocupação central da Câmara desenvolver esforços tendentes a dar satisfação às legítimas aspirações dos moradores em verem regularizadas as suas construções e garantirem assim o fruto do seu trabalho e o investimento das suas poupanças mediante o reconhecimento oficial da habitação que edificaram.

Assegurar esta realidade passa por alterar o estatuto da propriedade dos terrenos. Como é do conhecimento geral, não existe legislação que enquadre a existência do Bairro, nem figura jurídica que permita excepcionalmente a utilização dos terrenos a favor dos moradores onde se situam as actuais construções.

Governo não responde

Esta questão foi por diversas vezes colocada ao Governo e solicitadas medidas adequadas, que possibilitassem a resolução do problema. Até hoje não se obteve qualquer resposta.

Mantendo-se sem abrandar o objectivo central, a recuperação do Bairro tem vindo a processar-se e encontra-se em pleno desenvolvimento. Está atingida uma fase significativa, com um acordo de princípio entre a Câmara e o proprietário dos terrenos, tendente à sua aquisição pela autarquia.

Defender o Bairro e a sua qualidade de vida

No decurso deste trabalho tem o Gabinete Técnico invertido a situação que existia, desenvolvendo estudos e vindo a aplicar medidas que impedem a degradação urbanística do Bairro e permitam a sua recuperação nos termos dos regulamentos vigentes.

A defesa do Bairro não tem sido uma tarefa fácil nem, nalguns casos, simpática. Passa essencialmente por impedir a construção sem regras que tem como objectivo o interesse pessoal imediato, em detrimento do interesse da comunidade, isso tem exigido para com os prevaricadores actos de firmeza.

O condicionamento da construção, determinado pela Câmara, tem sido assumido por todas as organizações do Bairro, como vital para o equilíbrio do seu funcionamento. Para a sua legalização é a garantia real que impede o descontrolo urbanístico, a ruptura das infraestruturas, e possibilita a plena satisfação no abastecimento de água, a drenagem normal dos esgotos, a melhoria de todo o seu ambiente, limpeza, salubridade, circulação, etc.

A afirmação destes princípios é factor essencial para as organizações e para todos os que se preocupam em valorizar os seus bens, em recuperar e legalizar as construções onde habitam.

Gente capaz da transformação

Nesta fase decisiva da recuperação do Bairro, os fortes investimentos da autarquia na construção de equipamentos e infraestruturas e a perspectiva de alteração do estatuto de propriedade dos terrenos são factores que contribuem fortemente para uma maior integração urbana e natural abandono progressivo do estigma de bairro clandestino.

Este percurso já executado exige, para ter continuidade, que todos os moradores e as suas organizações, em conjunto com a Autarquia, se empenhem activa e interessadamente neste processo de desenvolvimento e tornem a Cova da Moura, com as suas particularidades, num Bairro onde se sintam bem, de que tenham orgulho e que até possa vir a ser admirado. A vida tem demonstrado que existe no Bairro gente capaz dessa transformação!

O Vereador do Pelouro
Manuel Ferreira Vieira

Entrevista com Orlando Santa, Presidente da Junta de Freguesia da Barca:



1.

Que importância atribui ao processo de recuperação em curso?

R — Tendo presente a realidade *sui generis* em toda a Europa da clandestinidade do Bairro da Cova da Moura (construção de habitação em terreno privado), temos de considerar que a intervenção Camarária encontrou inúmeros obstáculos para uma acção directa e activa.

Todavia, não conseguindo a CMA o apoio do governo para a expropriação do terreno ou considerar "Zona Crítica".

A criação do Gabinete Técnico veio sobremaneira salvaguardar os interesses, por vezes não respeitados nem sentidos, dos moradores, além do acompanhamento Técnico gratuito.

A construção da Escola Primária virá dar novo impulso cultural à juventude da Cova da Moura.

2.

Como encara a posição do Governo e a das autarquias nesta questão?

R — Pelo conhecimento directo que tenho no acompanhamento de há nove anos deste processo, apesar das inúmeras tentativas encetadas pela Câmara junto da Secretaria de Estado da Habitação e Ministério da respectiva tutela nunca se vislumbrou qualquer ténue acção tendente à salvaguarda dos interesses da população do Bairro da Cova da Moura.

Mesmo agora que a Câmara Municipal da Amadora com total apoio da Junta de Freguesia e Comissão de Moradores conseguiu, com enorme esforço e prejuízo nas mais valias, encetar acordo com os proprietários dos terrenos por permuta de outros, o Governo descarta o problema, que, na essência, é da sua exclusiva responsabilidade, porquanto a definição de uma política nacional de habitação não é da competência do Poder Local, mas, mais uma vez, é este quem o tem de suportar, mesmo atrofiado economicamente com a redução anual do Fundo de Equilíbrio Financeiro, conforme poderemos analisar no Orçamento Geral do Estado.



Eduardo
Pontes

Entrevista com o Presidente da Associação Moimbo da Juventude:

Qual a importância que atribui à construção das infraestruturas em curso e já programadas?

R — A criação de uma escola no Bairro é, antes de tudo, um desafio que queremos saudar. Foi uma opção controversa (perigo de gueto) mas estamos certos que irá contribuir para um melhor apoio às crianças com a redução do número de alunos por professor e para superar o insucesso escolar através de um ensino apropriado (má-profissionalização) além de constituir um edifício que pelo bom gosto da sua construção contribui para a dignificação do Bairro.

A criação de um polidesportivo poderá complementar esta acção, possibilitando às crianças e jovens uma prática de aprendizagem, de disciplina e de são convívio. Para além destes equipamentos, os anunciados novos arramentos, um sonho tão antigo como o Bairro, são um imperativo que esperamos venha a ser concretizado.

Como pessoa interveniente nos destinos do bairro, como entende a atitude do Governo de alheamento na resolução dos problemas da Cova da Moura?

R — Sabemos que pouco podemos contar com o apoio do Governo. É ver o desinteresse que sempre mostrou quando lhe foi pedido para declarar a Cova da Moura como zona crítica, o que viria a permitir uma mais pronta e directa intervenção camarária. Tão pouco dele esperamos o apoio na criação de estruturas que deveriam ser da sua responsabilidade.

Quanto à higiene e salubridade, quanto aos problemas de construção contrária às indicações do Gabinete Técnico, que medidas acha que se deverão tomar para esclarecer dos prejuízos que daí vêm para a vida no bairro?

R — A instalação de um Gabinete Técnico de Recuperação no Bairro foi um dos passos mais importantes dados com vista à sua recuperação.

Para além da sua acção de fiscalização e apoio na construção achamos que deveriam informar regularmente sobre os passos dados para solucionar esses problemas, nomeadamente: levantamento das carências de iluminação pública que se verificam em mais de metade do bairro, solução para as inúmeras carcaças de carros abandonados e tantas arbitrariedades.



Entrevista com
José Arlindo Pereira,
Presidente do Clube
Desportivo do Alto
da Cova da Moura:

Sabemos que se debatem com falta de instalações. Que projectos tem o Clube?

R — Temos grandes dificuldades porque queremos concluir um salão para que se possam fazer vários espetáculos incluindo ginástica.

Foi pedido um subsídio à Câmara Municipal da Amadora o qual ainda não nos foi concedido.

Que pensa das obras em curso e programadas?

R — As obras em curso e programadas julgo que é uma medida soberba porque vai beneficiar todos os moradores deste Bairro e também de toda a Freguesia da Buraca.

Como morador e proprietário, que importância dá à possível passagem da propriedade dos terrenos onde está instalado o bairro para a Câmara Municipal?

R — Respondendo como morador deste Bairro sem dúvida é uma grande medida da Câmara Municipal da Amadora, desde que a mesma venda o solo aos proprietários que ocupam o referido solo.

N.R. — Consultados os serviços soube-se que o subsídio atribuído foi de 200 contos mas para o Rancho Folclórico.

Responde Domingos Borges, em nome da Comissão de Moradores:

1. — Qual é, do seu ponto de vista, a melhor forma de sensibilização dos moradores do Bairro para a elaboração do processo de legalização do Bairro que a Comissão de moradores preconiza?

R — A Comissão de Moradores deve ter um papel interveniente. A melhor forma de sensibilizar os moradores é a Câmara fazer coisas concretas no sentido de recuperar o bairro. A Comissão de Moradores "encomendar" um plano de recuperação — plano esse que deveria ser financiado pela Câmara Municipal. Isto porque pensamos que seria a forma mais eficaz para o plano corresponder à realidade social do Bairro. Porque assim entendemos que os interesses dos moradores serão mais defendidos.

2. — A execução das infraestruturas e a construção da Escola vêm contribuir para a valorização do Bairro. Que importância atribui a estas obras, no processo de recuperação?

R — No bairro já existe algum equipamento: telefones, algumas ruas, rede deficiente de esgotos, o que constitui séria preocupação para os moradores e, como não podia deixar de ser, também para a C. Moradores. A escola foi um grande benefício, pelo que foi acolhida com grande satisfação. AS instalações são muito boas: é justo elogiar esse facto. Agora as crianças têm escola ao pé da porta e já não correm riscos. Faltam os acessos à escola e zona envolvente. Deviam ser feitas obras imediatamente, em benefício também dos moradores da vizinhança. Há que fazer o mesmo pelos restantes moradores. Faltam infraestruturas e equipamentos fundamentais para o bairro, os quais não podem deixar de ser incluídos no plano de recuperação do bairro.





Escola Primária da Cova da Moura

A Escola Primária da Cova da Moura foi inaugurada no passado mês de Outubro.

Este era dos equipamentos mais esperados pela população. Embora não esteja totalmente concluída, a escola já recebeu os novos alunos, que beneficiam assim de uma escola mais próxima da sua residência.

A escola tem 8 salas de aulas, em

dois pisos, e ainda uma sala bastante ampla onde funcionará o refeitório e a sala de convívio.

No que respeita aos arranjos exteriores, está prevista a construção de um muro/vedação, arranjo do espaço envolvente e construção de um polidesportivo. Para o imediato, por o inverno estar à porta, vão ser regularizados os acessos e colocada gravilha.



As ruas assinaladas a pondeado vão ser construídas no âmbito do Plano

Criar os equipamentos e infraestruturas indispensáveis

Há o problema dos arruamentos. Mas para se executarem tem que ser resolvido o problema das águas pluviais: o actual colectador não comporta, não tem capacidade para escoar tudo. Essa obra vai ser feita por todo o bairro e ao lado do existente, que é apenas para esgotos domésticos.

Telefones: existe rede, existem cabinas públicas.

Quanto à rede eléctrica: existe quase em todo o bairro, excepto na Quinta do Outeiro, junto à Escola Secundária da Damaia. Já foi requerida a instalação à EDP, e é provável que seja instalada a curto prazo: não pode a autarquia garanti-lo porque não depende da Câmara essa instalação.

Há no entanto que reforçar também a iluminação pública, visto haver poucos candeeiros e a iluminação ser deficiente.

De transportes, a Cova da Moura está bem servida: RN, comboio, e Carris na Damaia.

Quanto à recolha de lixo: ela é feita dia sim dia não por viatura especial — por motivo de as ruas serem estreitas. Pensa o Município poder melhorar esta situação, neste como em outros bairros "clandestinos". Os estudos feitos apontam para a necessidade de um creche, parque infantil, zonas verdes, além do polidesportivo já adjudicado para construção.



Ponto da situação do processo

A questão central para regularização da Cova da Moura é a da propriedade dos terrenos. Neste momento existe um acordo de princípios entre a autarquia e o proprietário. Segue-se, no processo de legalização, a solução caso a caso. Os estudos técnicos já efectuados levam a crer que boa parte das construções têm qualidade e resistência, pelo que essa questão se apresenta em boa parte simplificada. Pequenas alterações e desvios interiores relativamente ao Regulamento terão de ser enquadradas tecnicamente.



Adjudicada construção do polidesportivo para a Zona Sul

A empreitada de construção do polidesportivo da Cova da Moura, que abrange também o do Alto da Damaia, foi adjudicada no passado mês de Outubro, pelo valor de 10.422.400\$00. O polidesportivo ficará situado na zona Sul do Bairro, mais propriamente na Quinta do Outeiro, beneficiando toda a população. As dimensões do campo serão de 20 por 40 metros, e o pavimento será betuminoso, essencialmente vocacionado para a prática das modalidades do Andebol, Basquetebol, Vólei, entre outras. A zona envolvente do polidesportivo será também tratada adequadamente.



Avenida da República

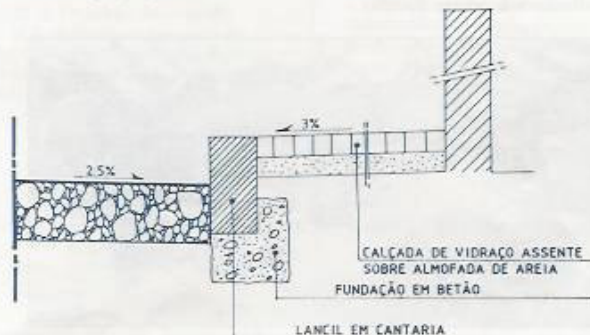
De entre os vários projectos que a Câmara tem para a Cova da Moura, o projecto de recuperação da Av. da República merece uma atenção muito especial: quer pelos reflexos que terá obrigatoriamente sobre o Bairro, quer pelo carácter experimental com que irá ser feita.

Assim, e imediatamente a seguir ao arranjo dos passeios desta artéria, dar-se-á a intervenção dos serviços municipais no sentido de promover o alinhamento e o arranjo das fachadas das habitações aí situadas. Objectivo último desta acção: sensibilizar a população aí residente para o aspecto exterior das suas habitações.

Arruamentos e infraestruturas da Cova da Moura incluem pavimentos, valetas e sumidouros e custam 20 mil contos

Do projecto de arruamentos e infraestruturas do Bairro Cova da Moura constam o alinhamento e a execução de pavimentos e passeios do esqueleto principal da rede viária. Desta fazem parte: R. da Ladeira, R. do Moinho, R. do Vale, R. dos Reis, R. Francisco Xavier, R. da Paz e R. do Colégio. Este programa encontra-se bastante condicionado pelo que já existe. Assim, as faixas de rodagem terão 4,5 metros de largura. Serão igualmente executadas valetas laterais com 60 cm de largura, para permitir a drenagem das águas pluviais. O restante espaço, que varia

consoante as ruas, será destinado a passeios, que serão executados em lajetas de betão, permitindo simultaneamente o estacionamento de automóveis. Na ligação da R. do Moinho com a R. da Ladeira, devido à grande inclinação do Terreno, serão construídas escadas, condicionando assim o tráfego rodoviário. Esta solução permite também a dissipação do fluxo das águas pluviais que ali afluem com grande velocidade. Estas águas serão encaminhadas através das valetas para sumidouros. A obra está orçada em 20 mil contos.



Habitantes da Cova da Moura são cerca de 5 mil

• De onde vieram?

Um levantamento da população efectuado em 1982 dava como existentes 836 edifícios e como residentes 3 600 habitantes. Em 1987, um inquérito efectuado por alunos de arquitectura dá como existentes no bairro cerca de 5 mil habitantes. Do inquérito apura-se que a dimensão média da família é de 3 ou mais pessoas por fogo. E que o rendimento mensal médio é relativamente baixo.

Naturalidade

Das ex-colónias são originários perto de 63% dos residentes. A maioria (55%) é de Cabo Verde. Do País, vieram do Norte e Centro 28,7% e do Distrito de Lisboa apenas 5%.

Composição Etária

Estrutura bastante jovem, fixação de casais jovens com elevado

• Em que trabalham?

número de filhos. Maior percentagem de homens. Pouca população envelhecida.

Actividade profissional

População não activa — 65,3%
34% de crianças
6% de reformados
36% de estudantes
População activa — 34,7%
Prácticamente todos os chefes de família estão empregados/em actividade.

Sectores de actividade

Secundário — 54,6% (construção civil e indústria transformadora)
Terciário — 39,1%
serviços pessoais — 12,3%
função pública — 9,4%
transportes e comunicações — 8,4%
comércio e hotelaria — 5,1%
outros serviços — 3,9%
Desempregados — 6,3%

Quarteirão africano e quarteirão europeu

É fácil explicar por que é que os dois tipos de ocupação se encontram na Cova da Moura: um de tipo bairro europeu, outro de tipo africano. Este com pequenos intervalos entre as casas e com uma arrumação algo sinuosa das casas. Tal facto, bem cedo detectado pelos técnicos que estudam a recuperação do bairro, nasce também da ocupação diferenciada por parte de trabalhadores de origem africana

(só na década de 70) e europeia (desde o início). Tal e qual como se deve por exemplo às diferentes necessidades e raiz cultural diferente de parte a parte: por exemplo, a existência ou não de viaturas, a necessidade de mais intenso convívio etc. Dai nasceu a presente situação: quarteirões europeus e quarteirões africanos.



4.11.88

Há no bairro gente capaz para a mudança!

Na maior parte as casas são de 1 piso, habitadas por 1 família

Os estudos feitos dizem que na Cova da Moura mais da metade dos edifícios são de alvenaria, com um piso, e habitados por uma só família.

Por outro lado, ao que se deduz, boa parte do aumento de ocupação pelos já residentes visa satisfazer problemas de falta de habitação de familiares: filhos que vão casar e outros.

Tipologia de construção

- Edifícios em alvenaria — 47%
- Edifícios abarracados — 43%
- Barracas — 10%

Tendência para a transformação de barracas em edifícios abarracados. É de notar que estes ou mesmo os de alvenaria não atingem os "standards" mínimos.

Tipologia por pisos

- Casas isoladas ou em banda — 95,8% (inclui barracas c/ 1 ou 2 pisos)
 - Casas com mais de 2 pisos — 4,2%
- Devido à necessidade de reserva de alguns terrenos ainda livres (p/ equipamento e vias), a tendência é para a subida em altura — regra comprometedora, quer pela falta de estruturas, quer pela má qualidade de construção.
- 1 piso — 67,3%
 - 2 pisos — 28,5%
 - 3 pisos — 3,6%
 - 4 pisos — 0,6%

Tipologia por fogos

- 3,6% dos edifícios não têm a função habitacional dos restantes.
- 78,2% — unifamiliar
- 21,8% — plurifamiliar (20,2% são bifamiliares).

Como a ocupação já consolidada apenas permite a evolução em altura, consequência natural da pressão exercida pela procura de habitação, a construção visa:

- fonte de rendimento complementar;
- satisfazer problemas familiares (filhos que vão casar, etc.).

Cova da Moura

Um bairro — uma história

As primeiras construções da Cova da Moura — barracas em madeira —, datam de 1960. Foram essencialmente construídas por antigos trabalhadores agrícolas da Quinta do Outeiro, ou por habitantes de bairros circundantes, que ali tinham as suas hortas, e utilizavam as barracas para guardar alguns utensílios de trabalho. Passo a passo, tudo se transformou em habitação e ocupação intensiva e densa do terreno. Entretanto, outras barracas vão aparecendo e as que já existiam evoluem conforme os recursos da família.

Fase seguinte: o edifício abarracado ou mesmo o de alvenaria que hoje predomina.

Evolução da ocupação do terreno

1960

— Existiam barracas de madeira dispersas.

2 núcleos: um, junto à Quinta do Outeiro constituído por antigos trabalhadores agrícolas da Quinta. Foi-lhes concedida em alternativa permissão para construir e ocuparem barracas nas imediações. Outro, junto à actual Av. da República (Alto da Cova da Moura). Antiga pedreira.

— Agricultura a tempo parcial, de complemento.

1974

— Principal desenvolvimento do Bairro: início.

3 zonas de ocupação:

- rural

- barracas com pequenas hortas

- barracas amontoadas.

1975

— A CMO iniciou a operação de análise da situação

1975/76

— Grande surto de ocupação dos terrenos.

Chegada dos retornados das ex-colónias, seguida da chegada dos Cabo-verdianos.

Começa a surgir a casa de alvenaria uni ou pluri-familiar.

1977

— Inicia-se a colocação de energia



eléctrica.

— 1 de Setembro: a CMO deliberou a recuperação das construções.

1978

— Forma-se a 1.ª Comissão de Moradores composta maioritariamente por população originária das ex-colónias (Angola, nessa altura).

1979

— Redes de água e esgotos (concluídas em 1986).

1981

— 28 de Outubro: Reunião da C.M.A. deliberou a execução do Relatório Preliminar no âmbito do disposto no articulado no D.L. 804/76, de 6 de Novembro.

1982

— 8 de Set.: informação do SPU propõe a expropriação do terreno por utilidade pública, e contactos com a Fazenda Nacional, de molde a negociar a aquisição ou cedência do terreno.

— 5 de Nov.: a CMA requere ao Governo a posse administrativa do prédio localizado na Cova da Moura, com 11,1 hectares.

1982/83

— De Out. a Março de 83: Elaboração do Relatório, constituído por um diagnóstico da superfície edificada, e por um inquérito sócio-económico.



Estudo de implantação do polidesportivo junto Av. da República

Modelação do espaço

QUARTEIRÃO EUROPEU

Os padrões de cultura dos ocupantes impõem regras diferentes, dão origem a melhores ortogonais, similares à do quarteirão, onde prevalece a rua, definida pelo alinhamento das casas, que é sobretudo usufruída pelo veículo.

QUARTEIRÃO AFRICANO

Os ocupantes apropriam-se de todo o espaço intersticial, o que se traduz no seu sobreuço — à casa inicial vão-se juntando os anexos — para arrumar as pessoas em espaços com áreas mínimas.



Gabinete Técnico da Cova da Moura



Objectivos

- Programar acções que visam a recuperação do bairro;
- Elaborar estudos de ocupação local, caso a caso e a nível de quarteirão;
- Proceder ao acompanhamento técnico das construções em curso com viabilidade;
- Informar sobre as ligações de água e luz.

Preocupações

- Contenção das construções

— tentando evitar a especulação da subida de pisos para aluguer e venda;

- Melhoria nas condições gerais de salubridade e funcionamento do bairro.

Horário de funcionamento

9 h às 12.30
14 h às 17.30

Atendimento do Vereador Manuel Vieira

3.ª quarta-feira de cada mês.

GIRP/C.M. AMADORA — 2.000 exemplares